

Desiguais oportunidades de escolarização – antigo tema sob novos olhares na Sociedade Brasileira de Sociologia

Marcio da Costa¹
Maria Alice Nogueira²

Este número da Revista Contemporânea de Educação traz alguns dos trabalhos apresentados durante o XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, ocorrido no Rio de Janeiro em julho de 2009. Tais trabalhos representam uma pequena amostra dos que foram submetidos ao Grupo de Trabalho Educação e Sociedade para o referido Congresso.

Fundada em 1948, a Sociedade Brasileira de Sociologia comemorou no Congresso de 2009 seu sexagésimo aniversário, em uma história interrompida durante os anos da ditadura militar e retomada em 1985.

O GT Educação e Sociedade, por nós coordenado nas três últimas edições do Congresso (2005, Belo Horizonte; 2007, Recife; e 2009, Rio de Janeiro) passou por alguma instabilidade em sua trajetória, mas vem se consolidando com demanda crescente de pesquisadores e trabalhos submetidos. Em 2009, 168 trabalhos foram submetidos ao GT, tendo sido 30 selecionados para apresentação em três sessões. Foi, assim, o GT com maior número de trabalhos submetidos.

Paradoxalmente, a temática educacional ainda ocupa espaço restrito entre os programas de pós-graduação em ciências sociais. Nas três edições sob nossa organização quase todos os trabalhos submetidos e aprovados são provenientes de faculdades e programas de pós-graduação em educação. O mesmo pode ser observado nas reuniões anuais da ANPOCS – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, no GT homônimo ao da SBS. Parece haver alguma tendência recente a mudança nesse quadro, com número crescente de trabalhos institucionalmente vinculados à área de ciências sociais, em termos mais estritos, mas é algo discreto. A preocupação com esse aspecto já estava presente na proposta que enviamos à direção da SBS para a retomada do GT, no Congresso de 2005. Nosso objetivo não é discutir nessa apresentação as possíveis causas para essa “atenção limitada” ao tema da educação, mas somente pontuar uma presumível baixa sintonia da área com um tema cuja relevância não deixa de crescer no Brasil e no mundo. É marcante, por exemplo, a “migração” de economistas para a pesquisa sobre aspectos educacionais. Ela se manifesta com força, dando o tom nas pesquisas que tratam em termos macro dos dados e das tendências educacionais brasileiras. Para nossa satisfação, também desse campo de conhecimento houve contribuição ao GT, em 2009.

¹ Professor Associado da Faculdade de Educação da UFRJ

² Professora Titular da Faculdade de Educação da UFMG

Se podemos comemorar o sucesso do GT em termos de número de propostas recebidas, algumas reticências podem ser feitas quanto à natureza e pertinência de parte dessa demanda. Desde 2005, temos nos preocupado com a seleção de trabalhos que utilizem o ferramental teórico e investigativo da sociologia. Ainda que não seja óbvia a delimitação desse terreno, cremos haver uma literatura reconhecida como sociológica, que busca modelos explicativos para os fenômenos educacionais a partir das escolhas e condicionantes dos atores sociais. Estrutura e ação são chamados como dispositivos analíticos, a busca de evidências – e de contraevidências – é acionada nas ricas e, eventualmente, ferozes polêmicas em que o campo educacional se configura. Nossa preocupação, porém, tem sido a de investir em produções que, não recusando os dilemas e polarizações, buscam tratá-los do ponto de vista científico. Ou seja, recorrendo ao ferramental conceitual da disciplina, não abdicam da investigação que põe as teorias à prova.

Parece-nos importante ressaltar essa diretriz, posto que parte da produção que ocorre ao GT – e aos demais espaços acadêmicos dedicados ao tema da educação que conhecemos – está mais próxima da propaganda e da denúncia, padece de um “engajamento” que se autoneia crítico, mas que não se alimenta da mais vigorosa crítica científica: o diálogo com o conhecimento disponível, de matizes diversos, a clareza quanto aos pressupostos e aos procedimentos de investigação, com a busca sistemática da “hipótese alternativa”. Em acréscimo, ainda que reconheçamos o valor da especulação, temos procurado privilegiar trabalhos de caráter não-ensaístico, ou seja, cuja teorização se exponha aos riscos das evidências. É uma escolha nem sempre tranqüila, mas que considera, inclusive, o formato de reuniões com pequeno tempo de exposição e debate disponível a cada apresentação.

Nossa “safra” 2009 contou com boa diversidade de trabalhos, tanto nos recursos metodológicos adotados, nas problemáticas específicas tratadas, quanto na embocadura conceitual. Em comum, os artigos aqui apresentados, mas também a maioria dos trabalhos selecionados para o GT, traz a grande marca da sociologia da educação, desde que se constituiu como o que podemos classificar um campo acadêmico disciplinar, na década de 1950: a ênfase na desigual estrutura de oportunidades manifesta na educação, enquanto sistema institucional sob controle da esfera pública ou enquanto objeto de políticas específicas. Tal desigualdade, ora abordada sob o ângulo macro dos sistemas educacionais e suas relações com a estrutura social mais abrangente, ora das políticas públicas e seu impacto, ou ainda focada em suas manifestações no âmbito das relações propriamente escolares, está presente nos diferentes trabalhos que compõem este dossiê.

Nossa seleção trouxe trabalhos que visitam todos os níveis do sistema de ensino, ainda que o destaque recaia claramente sobre a educação básica, reconhecidamente o grande desafio hoje

enfrentado pelas ações e políticas educacionais formuladas pelo poder público. A maior parte dos trabalhos se dedica a compreender condicionantes, escolhas, estratégias e possibilidades abertas aos segmentos sociais historicamente com mais reduzidas chances escolares no Brasil. Mesmo quando voltado a setores de elite econômica, como o trabalho de Andréa Moura de Souza, o objetivo parece se voltar ao conhecimento de estratégias de diferenciação que tendem a preservar distâncias sociais.

Quando tocam aspectos dos grandes movimentos e tendências recentes dos sistemas educacionais e das políticas públicas de educação, no Brasil, os estudos constataam que avanços perceptíveis foram feitos, nas últimas décadas, no plano da cobertura e do acesso aos níveis diferentes do ensino. Reconhecem, porém, que muito ainda resta por ser feito, no que concerne à qualidade do ensino ofertado pelas redes públicas e no que tange à regularização dos fluxos escolares, à redução da defasagem idade/série e, conseqüentemente, ao aumento das taxas de conclusão de cursos. De alguma forma, todos lidam com o dilema equidade/qualidade desafiadoramente presente em nossa agenda educacional. Nessa direção, alguns trabalhos mergulham na “caixa preta” do universo escolar, em busca de explicação para a amplificação das desigualdades sociais em meio às diferenças de escolarização. São textos que buscam identificar, em diferentes dimensões da vida escolar, fatores que respondem por esses problemas, tais como: as dinâmicas sociais da sala de aula (Maria de Lourdes Sá Earp), a violência escolar (Juliana Candian), as culturas de gestão (Ana Pires do Prado), a composição social do grupo de pares (Maria Teresa Alves), a influência do ambiente familiar (Cláudio M.M. Nogueira, Maria Amália de Almeida Cunha, Maria José Braga Viana, Tânia de Freitas Resende) ou ainda os recursos pedagógicos diferenciadores mobilizados por instituições de ensino voltadas a setores de elites (Andréa Aguiar).

Já os trabalhos de Luiz César Ribeiro/Mariane Koslinski, e de Anderson Paulino da Silva/Andréa Brandão/Salette da Dalt, se voltam, respectivamente, a traçar um quadro da desigualdade de oportunidades e uma política com potencial relevante de impacto sobre ele. Nadir Zago retrata, sob a ótica de docentes que se dedicam ao trabalho com estudantes “persistentes” das camadas populares – aqueles que vão na contra mão de tendências históricas de longo curso, os esforços de quem não toma o quadro adverso da educação nacional sob o fatalismo determinista tão presente na literatura educacional.

Passamos a breves comentários sobre cada um dos artigos.

No artigo *A influência da família no desempenho da geração escolar 2005*, Cláudio M. M. Nogueira, Maria Amália de Almeida Cunha, Maria José Braga Viana e Tânia de Freitas Resende

analisam a influência do ambiente familiar sobre o desempenho escolar dos filhos. Com base em dados empíricos obtidos - por questionário - junto a uma população de 300 famílias de Belo Horizonte, pertencentes às camadas populares e a frações inferiores das classes médias. Os autores focalizam não apenas a influência dos fatores “mais objetivos”, como a renda e o nível de instrução dos pais, mas também – e sobretudo – o peso de fatores de mais difícil observação e mensuração, como o controle parental sobre as tarefas cotidianas, os modos de exercício da autoridade familiar, os usos do tempo e da língua escrita, dentre os mais importantes.

Em *A dimensão internacional do capital cultural como alvo de escolas internacionais*, Andréa Aguiar – partindo do pressuposto de que atualmente as famílias dos grupos socialmente favorecidos apresentam uma “demanda crescente de internacionalização dos filhos” – investiga como os estabelecimentos de ensino privados, destinados a essa população, vêm respondendo a essa demanda. Baseada em pesquisa empírica realizada na cidade de Belo Horizonte, ela constata que um número significativo de escolas particulares de educação básica, já adotam estratégias como: promoção de viagens ao exterior, ênfase na aprendizagem de idiomas, as quais terão por conseqüência o aprofundamento das desigualdades educacionais e da posição de privilégio desses grupos.

Maria de Lourdes Sá Earp, em *Uma proposta de instrumento de análise na sala de aula*, apresenta e discute um instrumento de análise quantitativa que pretende captar uma dimensão das interações sociais que se dão em sala de aula. Segundo esse modelo, o professor distinguiria, na sala de aula, o centro da periferia e dirigiria seu ensino sobretudo aos alunos que percebe como estando no centro. A autora interroga-se, então, sobre os critérios docentes subjacentes a essa distinção. Após dois anos de observação de salas de aula de duas escolas de Ensino Fundamental da rede pública do Rio de Janeiro, ela conclui que a melhoria da qualidade do ensino brasileiro supõe um melhor conhecimento das dinâmicas sociais da sala de aula, em particular das conseqüências da lógica que engendra expectativas diferenciadas, por parte do professor, segundo a percepção social que ele tem de cada um de seus alunos.

O artigo *Violência escolar e desempenho: as evidências do SAEB 2003*, de autoria de Juliana Frizzoni Candian, parte da constatação de que a escola brasileira, das últimas décadas, vem sendo cenário de manifestações de violência envolvendo pais, alunos e professores. Nesse contexto, a autora se interessa pelas conseqüências desse fenômeno sobre o desempenho escolar dos alunos do Ensino Fundamental, levando em consideração alguns fatores associados à família do aluno e às escolas. Para tanto, ela se serviu de dados do SAEB/2003 que abarcou a questão da violência escolar. Trabalhando com modelos multiníveis de análise, a autora fornece um quadro

explicativo das relações entre a estrutura familiar, as características dos estabelecimentos de ensino e da violência escolar (física e verbal) presente no interior de cada um deles, e o rendimento diferencial dos diversos grupos de alunos.

No texto, *Os diretores e as culturas de gestão. Um estudo nas escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro*, Ana Pires do Prado parte da literatura sociológica que afirma ser a gestão de um estabelecimento escolar um fator fundamental de sua qualidade de ensino. A partir daí, ela levanta questões como: quem são os diretores das escolas públicas e que trajetórias de vida têm? Como as políticas públicas interferem em seu trabalho? Quais os principais desafios que enfrentam? Para respondê-las, a autora se baseia em um estudo – por questionário e por observação participante – feito em três escolas públicas cariocas, no ano de 2008. O estudo confirma a hipótese de que as “culturas de gestão” influenciam, de várias maneiras, na qualidade do ensino ofertado por um estabelecimento escolar.

Explorando a técnica de entrevista com professores de cursinhos pré-vestibulares populares, Nadir Zago, no texto *Pré-vestibular popular e trabalho docente: caracterização social e mobilização*, passeia pela literatura acerca do tema, mas busca um objeto pouco explorado: os professores que enfrentam o desafio de trabalhar em tais cursinhos. Quais suas motivações? Como usual a este tipo de trabalho, a força dos depoimentos coletados e sistematizados é ponto alto, especialmente em um tipo de atuação social em que é difícil separar a dimensão profissional da dimensão vocacional ou militante da ação social.

Maria Teresa Gonzaga Alves em *Composição do alunado e qualidade da educação básica*, dá continuidade a seu sistemático trabalho de investigação das diferenças internas aos sistemas escolares públicos, os fatores que promovem hierarquização e, de alguma forma, ameaçam o projeto de uma educação genuinamente republicana, ou seja, com o valor da equidade em destaque. Ambientada empiricamente no Espírito Santo, sua pesquisa desenvolve interessante construto adotado na explicação de diferenças de desempenho entre alunos: o “interesse pelos estudos”. A partir de questionário contextual em avaliação de desempenho de larga escala, a autora proporciona rica visão, ancorada em sólida revisão literária, da força desse fator, simultaneamente, enquanto atributo individual, mas também na agregação ao nível da instituição escolar. Resultados que chamam a atenção em um contexto de sociologia da educação fortemente influenciada por abordagens estruturais, pouco atentas à dimensão individual.

Ribeiro e Koslinski em *A cidade contra a escola? O caso do município do Rio de Janeiro* trazem a, no caso do Brasil, inovadora contribuição dos estudos espaciais para tratamento do fenômeno da desigualdade social manifesta nos sistemas educacionais. A problemática da organização do

território, de certa forma síntese de complexos condicionantes sociais traz nova luz aos diagnósticos dos quadros de distribuição de oportunidades escolares. Apesar de consolidados em outros campos de investigação, estudos de tal natureza e, sobretudo, a rica literatura de que se nutrem, só recentemente foram trazidos ao diálogo em nossa sociologia da educação. A instigante polêmica sobre um presumível efeito-vizinhança e a forma como expressa opções de distribuição de bens públicos e, conseqüentemente, oportunidades sociais, se revigora no espaço escolhido para o trabalho, a Cidade do Rio de Janeiro, com sua peculiar segmentação socio-espacial.

Por fim, Silva, Brandão e Dalt, equipe do DataUFF, contribuíram, no artigo *Educação e pobreza: o impacto das condicionalidades do Programa Bolsa Família* com viva discussão acerca de presumíveis efeitos de um programa nacional de grande dimensão, possivelmente o programa social de maior abrangência já experimentado no Brasil. Com dados descritivos de uma pesquisa feita com beneficiários do Programa Bolsa Família, o artigo auxilia na compreensão de características do Programa, pelas percepções desses atores e, sobretudo, levanta possibilidades de impacto sobre o quadro educacional nacional. Permite ultrapassar a tendência à discussão meramente adjetiva em torno dessa política social.

Certamente, ao tomarmos contato com os trabalhos reunidos nessa publicação, tivemos grande satisfação em aprender um pouco com cada um deles, observar os avanços da sociologia da educação no Brasil e identificar alguns dos muitos desafios que sempre povoam a imaginação sociológica, também na educação. Torcemos para que os leitores igualmente se sintam instigados com nossa seleção.